



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 4ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº: 015/2016

04ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 14.07.2016

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/899/2016 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº 201602074-3

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATOR: CONS. DIOGO MORAIS ALMEIDA VILAR

EMENTA: ICMS - TRANSPORTE DE MERCADORIA DESACOMPANHADA DE DOCUMENTO FISCAL. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.

1. O artigo 140 do RICMS/CE veda de forma expressa que o transportador aceite despacho ou efetue o transporte de mercadoria ou bem que não esteja acompanhado dos documentos fiscais próprios.
2. A Imunidade tributária a que se subsume a EBCT se refere tão somente ao serviço de transporte "strictu sensu" realizado pela mesma, não alcançado o fato de quando aceita realizar o transporte de mercadoria desacompanhada da respectiva nota fiscal (súmula n.º 07 do CONAT).
3. Recurso Voluntário conhecido e não provido, por unanimidade de votos.
4. Decisão em consonância com o entendimento exarado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

01 – RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração lavrado sob o fundamento de que **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – EBCT** transportou as mercadorias relacionadas no Certificado de Guarda de Mercadoria nº 2016.2761 sem a devida documentação fiscal.

"TRANSPORTAR MERCADORIA SEM DOCUMENTO FISCAL. AO FISCALIZARMOS SEDEX DN407864917BR CONSTATAMOS A PRESENÇA DE 30 LED LIGHT QUADRADO 12W SAVE NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.377,00 SEM A DEVIDA NF POR ESSE MOTIVO LAVRAMOS O PRESENTE AI DE ACORDO COM O PARECER 34/99 DA PGE E NORMA DE EXECUÇÃO DA SEFAZ/CE 07/99."

Apontado como infringido o Art. 140 do Dec. 24.569/97, com imposição da penalidade preceituada no Art. 123, III, "a" da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 4ª Câmara de Julgamento

Demonstrativo do Crédito (R\$)

Base de Cálculo	1.377,00
ICMS	234,09
Multa	413,10
TOTAL	647,19

O lançamento tributário foi julgado procedente em 1ª Instância Administrativa, uma vez que o Julgado Singular entendeu existir provas da materialidade da acusação, na forma do art. 140 do RICMS, que estabelece que o transportador não poderá aceitar despacho ou efetuar transporte de mercadoria ou bem desacompanhado de documentos fiscais.

Assim, a EBCT interpôs recurso voluntário onde alega que se trata de empresa que pratica serviço postal, não exercendo qualquer atividade de transportadora, e que estaria fora do campo de incidência do ICMS por se tratar de serviço público próprio e de direito e competência exclusiva da União. Por fim, requereu que fosse declarada preliminarmente a NULIDADE do procedimento instaurado, tornando insubsistente o Auto de Infração, bem como, para declarar a imunidade tributária da ECT, e a IMPROCEDÊNCIA do auto de infração aplicado.

A Consultoria Tributária, através do parecer de n.º 146/2016, manifestou-se pela manutenção da decisão condenatória da 1ª Instância, no sentido de que a Autuada não pode receber tratamento diferenciado em detrimento das outras empresas, o que configura uma concorrência desleal no setor privado; além disso, a imunidade levantada não se aplica ao transporte de carga realizado pela Autuada, conforme parecer 34/99.

Encaminhado os autos a douta Procuradoria Geral do Estado, esta adotou o parecer da assessoria tributária, conforme fls. 27 do processo.

É o relatório.

02 - VOTO DO RELATOR

De acordo com o relato acima, trata-se de Auto de Infração, onde a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi autuada por transportar mercadoria



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 4ª Câmara de Julgamento

desacompanhada de documento fiscal, na condição de responsável tributário – Art. 16, II, c da Lei nº 12.570/96.

Em seu recurso, a Autuada se deteve somente a argumentar que se trata de empresa que pratica serviço postal, não exercendo qualquer atividade de transportadora, e que estaria fora do campo de incidência do ICMS por se tratar de serviço público próprio e de direito e competência exclusiva da União.

Conforme muito bem demonstrado através do Parecer nº 34/99 da Procuradoria Geral do Estado, a imunidade da Recorrente aplica-se tão somente ao serviço postal *“strictu sensu”*, não abrangendo, portanto, a situação que ensejou o lançamento tributário sob análise, tendo em vista que este se refere ao transporte de mercadoria sem documento fiscal próprio.

Inicialmente, verifica-se no Recurso Voluntário apresentado pelo Autuado, que pugna para o reconhecimento de nulidade em razão do procedimento instaurado, para declarar a imunidade do ECT.

Com efeito, o artigo 140 do Decreto nº 24.569/97 – RICMS/CE estabelece de forma expressa que o transportador não poderá aceitar transportar mercadoria ou bem desacompanhada da respectiva documentação fiscal própria, senão vejamos:

“Art. 140. O transportador não poderá aceitar despacho ou efetuar o transporte de mercadoria ou bem que não estejam acompanhadas dos documentos fiscais próprios.”

No mesmo sentido, o artigo 21 do Decreto nº 24.569/97 – RICMS/CE atribui àquele que realiza o transporte da mercadoria ou bem, a responsabilidade pelo pagamento do ICMS nos seguintes termos:

“Art. 21. São responsáveis pelo pagamento do ICMS:

(...)

II – o transportador, em relação à mercadoria:

(...)

c) que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal, ou sendo este inidôneo;” (grifo nosso)

Ressalta-se, ainda, a inteligência da súmula n.º 07 deste Colendo Contencioso Administrativo Tributário:



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 4ª Câmara de Julgamento

"A imunidade que goza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos protege apenas o serviço postal strictu sensu e não alcança o transporte de mercadorias, e quando desacompanhadas de documentação fiscal ou sendo esta inidônea, importa em fato gerador de obrigação tributária que a reveste da condição de responsável tributário."

Desta forma, restou comprovada a irregularidade e responsabilidade apontada no auto de infração, ressaltando tratar-se de uma empresa pública, na qual, explora atividades de natureza econômica e concorre com empresas privadas, desta forma, no que concerne ao transporte de mercadoria desacompanhada de nota fiscal, entendemos que deve responder solidariamente pelo pagamento do imposto.

Nesse contexto, não há como prevalecer os argumentos contidos no Recurso Voluntário em questão, na medida em que a legislação tributária aplicável ao caso em tela estabelece de forma clara o tratamento fiscal que deve ser oferecido àqueles que realizam o transporte de mercadorias desacompanhadas do documento fiscal próprio, não sendo, dessa forma, a imunidade alegada pela Recorrente capaz de desconstituir o lançamento tributário em comento, tendo em vista que este se encontra devidamente fundamentado no artigo 140 do RICMS/CE.

Diante do acima exposto, entendo que não merece qualquer reparo a decisão monocrática, motivo pelo qual VOTO para que se conheça do Recurso Voluntário interposto, para afastar a preliminar de NULIDADE, e, no mérito, NEGADO PROVIMENTO, e, por via de consequência, seja mantida a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância Administrativa, de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É como VOTO.

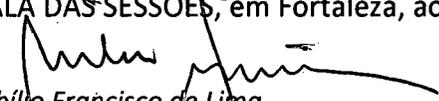


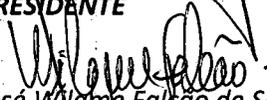
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 4ª Câmara de Julgamento

03 - DECISÃO

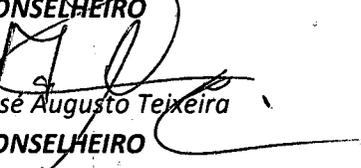
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – EBCT** e recorrida a Célula de Julgamento da 1ª Instância: *“Resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso interposto, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.”*

SALA DAS SESSÕES, em Fortaleza, aos 16 de 08 de 2016.

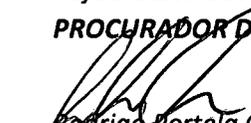

Abílio Francisco de Lima
PRESIDENTE

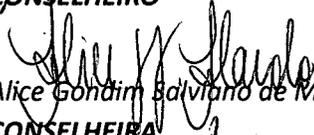

José Wilame Falcão de Souza
CONSELHEIRO

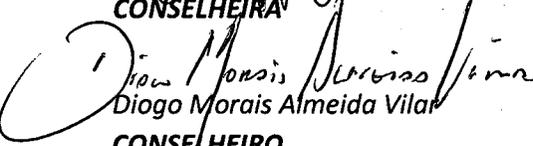

Lúcio Rêgo Alves
CONSELHEIRO


José Augusto Teixeira
CONSELHEIRO

Rafael Lessa Costa Barboza
PROCURADOR DO ESTADO


Rodrigo Portela Oliveira
CONSELHEIRO


Alice Gondim Salviano de Macedo
CONSELHEIRA


Diogo Morais Almeida Vilar
CONSELHEIRO